PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS **CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NOS MOLDES *FELLOW* DA ÁREA DE ENSINO MULTIPROFISSIONAL** ANO LETIVO 2027.

EDITAL Nº 002/2026

CHAVE DE CORREÇÃO

205 - ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL EM CIRURGIA GINECOLÓGICA ONCOLÓGICA - SERVIÇO SOCIAL

BANCA ORGANIZADORA

QUESTÃO Nº 1 - 20,00 PONTOS

As políticas voltadas à população negra no Brasil abrangem diversas áreas e têm como foco a promoção da igualdade racial e **o** combate ao racismo, buscando corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social.

As mulheres negras vivenciam, historicamente, desigualdades que atravessam o acesso e a qualidade da atenção à saúde, resultantes da articulação entre racismo, sexismo e desigualdades sociais. Essas condições podem contribuir para a invisibilização de suas demandas, no descrédito de suas queixas e a ocorrência de barreiras de acesso ao diagnóstico e ao tratamento.

Considerando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), analise, de forma crítica e fundamentada, o caso a seguir:

Um hospital público de referência em Oncologia recebeu uma mulher negra com câncer de colo do útero em estágio avançado, mãe solo, 4 filhos, diarista, sem vínculo previdenciário com o INSS e residindo em bairro distante, na periferia do RJ. Durante o atendimento, a usuária relatou para o (a) profissional do Serviço Social desta unidade que, ao longo de mais de um ano, buscou por diversas vezes atendimentos em unidades de saúde, mas que sua queixa (dor) abdominal era sempre relativizada, não sendo encaminhada para a realização de exames, como prováveis sintomas de gases e que ela era uma mulher muito forte. Relatou ainda, que não se sentiu assistida com relação a suas queixas e sintomas. Foi encaminhada para diferentes especialidades clínicas, sem a devida investigação sobre as possibilidades diagnósticas de um tumor. Com o passar do tempo, a piora de seu quadro clínico foi evoluindo e, após um longo período de internação em um hospital de emergência, obteve seu diagnóstico de câncer, em estágio avançado, e posterior encaminhamento para tratamento oncológico em cuidados paliativos. Diante de seu relato, a usuária expressou sentir-se discriminada e invisibilizada pelo sistema de saúde na condução de seus cuidados, considerando que não houve escuta de suas queixas.

Um hospital público de referência em oncologia recebeu uma mulher negra com câncer do colo do útero em estágio avançado, mãe solo, com quatro filhos, trabalhadora diarista, sem vínculo previdenciário com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e residente em um bairro periférico e distante da unidade hospitalar, no Rio de Janeiro. Durante o atendimento, a usuária relatou ao/à assistente social da unidade que, ao longo de mais de um ano, buscou, por diversas vezes, atendimento em unidades de saúde, mas sua queixa de dor abdominal foi reiteradamente relativizada, sem que fosse encaminhada para a realização de exames, sob a alegação de que os sintomas provavelmente seriam decorrentes de gases e de que ela seria uma mulher “muito forte”.

Relatou, ainda, que não se sentiu assistida em relação às suas queixas e sintomas. Foi encaminhada para diferentes especialidades clínicas, sem a devida investigação das possíveis causas de seus sintomas e da hipótese diagnóstica de tumor. Com o passar do tempo, seu quadro clínico piorou e, após um longo período de internação em um hospital de emergência, recebeu o diagnóstico de câncer em estágio avançado, sendo posteriormente encaminhada para tratamento oncológico e cuidados paliativos. Diante dessas experiências, a usuária expressou sentir-se discriminada e invisibilizada pelo sistema de saúde durante seu percurso assistencial, especialmente pela ausência de escuta e valorização de suas queixas.

Considerando o caso descrito, responda aos itens a seguir:

QUESTÃO Nº 1. LETRA A - 10,00 PONTOS

1.a) Com base no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993), analise como o/a assistente social deve se posicionar diante da queixa central apresentada pela usuária e quais orientações devem ser fornecidas. Fundamente sua resposta em, pelo menos, dois princípios do referido Código.

CHAVE DE CORREÇÃO:

Deve citar ao menos dois, como por exemplo citar os seguintes princípios do Código:

- Defesa intransigente dos direitos humanos;

- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais;

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população;

QUESTÃO Nº 1. LETRA B - 10,00 PONTOS

1.b) Discuta o caso apresentado e explique como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra pode orientar a atuação do(a) assistente social no enfrentamento do racismo institucional e na promoção da equidade em saúde, considerando sua interlocução com a usuária, a equipe e a instituição.

CHAVE DE CORREÇÃO:

Aplicação dos fundamentos da PNSIPN (4 pontos)

Espera-se que o/a candidato(a) reconheça:

- Presença de racismo institucional na trajetória da usuária, sem escuta às queixas relatadas.

- Diretrizes da PNSIPN como resposta à invisibilidade e ao acesso precário, reafirmando a equidade em saúde.

-Determinação social do processo saúde/doença.

- Formação da equipe de saúde como estratégia de enfrentamento ao racismo na saúde.

Encaminhamentos técnicos e éticos (4 pontos)

Sugestões esperadas:

- Acolhimento e orientação à usuária quanto à possibilidade de registro na Ouvidoria do SUS e outros órgãos de controle.

- Orientações sociais e encaminhamento aos recursos e políticas sociais. Identificar as redes de suporte e familiar.

- Atuação em equipe interdisciplinar para discussão do caso e encaminhamentos.

- Socialização das informações acerca dos direitos dos (as) usuários (as) da Saúde.

Clareza, coesão e fundamentação técnica (2 pontos)

Critérios de avaliação:

- Clareza textual e coesão argumentativa.

- Uso de linguagem técnico-profissional.

- Utilizar a fundamentação normativa pertinente, PNSPN e Código de Ética.

Diante da situação apresentada, o/a assistente social deve atuar com base no projeto ético-político da profissão, orientado pelos princípios do Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993) e pela diretriz antirracista da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, Portaria GM/MS nº 992/2009). A atuação deverá articular uma escuta atenta em prol da defesa de direitos e do enfrentamento institucional de práticas discriminatórias.

O Código de Ética estabelece, dentre seus princípios fundamentais, a defesa intransigente dos direitos humanos (item I), o compromisso com a equidade e a ampliação do acesso universal aos bens sociais (item VI), e a oposição a toda forma de opressão, incluindo o racismo (item III). Dessa forma, a minimização dos sintomas da usuária e a ausência de investigação diagnóstica durante longo período configuram elementos típicos do racismo institucional — conceito central na PNSIPN, definido como a negação sistemática do acesso qualificado à saúde em razão da raça/cor.

Entre os deveres profissionais: cabe ao/à assistente social atuar com responsabilidade e competência técnica e adotar estratégias que promovam a visibilidade e o protagonismo dos usuários. (artigos 5º e 6º).

No âmbito da PNSIPN, é necessário reconhecer que o percurso vivido por essa usuária é representativo das desigualdades raciais, representado pelas iniquidades em saúde. A política orienta ações de formação e educação permanente dos profissionais de saúde (Diretriz VI), além da implementação de protocolos específicos para promoção da equidade (Diretriz I). O (a) assistente social, portanto, deve fomentar a escuta qualificada, articular discussões com a equipe multiprofissional e encaminhar, quando pertinente, a situação aos canais de controle social, como a Ouvidoria do SUS ou do Ministério Público.

Por fim, a atuação deve ter como horizonte a responsabilização institucional, a produção de informação qualificada e o fortalecimento da usuária como sujeito de direitos. O compromisso com uma prática antirracista é indissociável da ética profissional e da luta por justiça social no campo da saúde.

QUESTÃO Nº 2 - 20,00 PONTOS

Considerando o caso apresentado, descreva os principais benefícios da implementação de um programa de pré-habilitação cirúrgica e de aceleração da recuperação pós-operatória no contexto da assistência integral e multiprofissional à saúde. Em seguida, relacione os princípios e as estratégias desses programas à melhoria da assistência e à promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde.

CHAVE DE CORREÇÃO:

Espera-se que o candidato aponte os principais benefícios da implementação de um programa de pré-habilitação cirúrgica e aceleração de recuperação pós-operatória. Entendendo que a implementação sistemática de um protocolo de cuidados perioperatórios baseado em evidências mostrou reduzir a média no tempo de internação e redução de complicações pós-operatórias, considerando as necessidades apresentadas por cada paciente no processo de acolhimento e orientação. Estes benefícios são alcançados por meio da intervenção da equipe multiprofissional de forma interdisciplinar que intervém de forma a reduzir o estresse cirúrgico, manter a função fisiológica no pós-operatório e aumentar a mobilização/autonomia da paciente após o procedimento cirúrgico. Além disso, a literatura demonstra que a aplicação de protocolos de cuidados perioperatórios possibilitou benefícios comprovados tanto para as pacientes quanto para o sistema de saúde, qualificando a prestação dos serviços à população. Neste sentido, diversos grupos internacionais estão desenvolvendo protocolos específicos para variadas clínicas cirúrgicas, incluindo o campo da ginecologia. Os cuidados perioperatórios são essenciais para garantir que todas as pacientes recebam o tratamento integral e intersetorial, promovendo a adesão e melhoria do desfecho do cuidado em saúde e sua recuperação.

Espera-se que o candidato associe os conceitos do programa para melhoria do atendimento, considerando a importância da equidade de acesso.

Considerando as orientações do programa, a implementação de protocolos de cuidados perioperatórios no SUS iria possibilitar que todas as pacientes submetidas à cirurgia conseguissem receber o acesso ao tratamento recomendado, tendo em vista os princípios de universalidade, equidade no acesso e integralidade dos cuidados em saúde. Entretanto, as iniquidades em saúde interferem em disparidades de acesso, considerando as questões sociais (econômica, social, raça/etnia, cultural, gênero e outras) do processo saúde/doença que influenciam diretamente no acesso aos serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde. A promoção da equidade em saúde mostra-se como uma estratégia fundamental para alcançar a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços. Para melhoria do atendimento com equidade no acesso, medidas são necessárias para concretização do direito à saúde a todos, considerando as singularidades e as particularidades de cada indivíduo.